

Alerta Legislação nº 29, de 13 a 18 jul. 2020

Boletim semanal

Biblioteca Jurídica - Secretaria de Governo do Estado de São Paulo

**Visite nosso endereço na Internet e conheça
outros produtos da Biblioteca:**

<http://www.bibliotecajuridica.sp.gov.br>

DESTAQUES

Governo Federal

LEI Nº 14.026, DE 15 DE JULHO DE 2020

Atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a [Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000](#), para atribuir à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) competência para editar normas de referência sobre o serviço de saneamento, a [Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003](#), para alterar o nome e as atribuições do cargo de Especialista em Recursos Hídricos, a [Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005](#), para vedar a prestação por contrato de programa dos serviços públicos de que trata o art. 175 da [Constituição Federal](#), a [Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007](#), para aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no País, a [Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010](#), para tratar dos prazos para a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, a [Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015](#) (Estatuto da Metrópole), para estender seu âmbito de aplicação às microrregiões, e a [Lei nº 13.529, de 4 de dezembro de 2017](#), para autorizar a União a participar de fundo com a finalidade exclusiva de financiar serviços técnicos especializados. [Mensagem de veto](#)

LEI Nº 13.978, DE 17 DE JANEIRO DE 2020 (RETIFICAÇÃO)

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2020

DECRETO Nº 10.424, DE 15 DE JULHO DE 2020

Determina a suspensão da permissão do emprego do fogo de que trata o [Decreto nº 2.661, de 8 de julho de 1998](#), no território nacional pelo prazo de cento e vinte dias.

Governo do Estado de São Paulo

LEI Nº 17.268, DE 13 DE JULHO DE 2020

(Projeto de lei nº 350, de 2020 ...)

Dispõe sobre medidas emergenciais de combate à pandemia do Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19), no Estado de São Paulo e dá outras providências

DECRETO Nº 65.061, DE 13 DE JULHO DE 2020

Dispõe sobre a retomada das aulas e atividades presenciais, no contexto da pandemia de COVID19, e dá providências correlatas

LEGISLAÇÃO FEDERAL	
Atos do Poder Executivo - D.O.U.	SUPERIOR
17/07/2020	<u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 992, DE 16 DE JULHO DE 2020</u> Dispõe sobre o financiamento a microempresa e empresa de pequeno e médio porte, sobre o crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias, sobre o compartilhamento de alienação fiduciária e sobre a dispensa do cumprimento de exigências de demonstração de regularidade fiscal nas operações praticadas pelo Banco Central do Brasil em decorrência do disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020, e altera a Lei nº 13.476, de 28 de agosto de 2017, a Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973. <u>DECRETO Nº 10.427, DE 16 DE JULHO DE 2020</u> Dispõe sobre a qualificação de empreendimento público federal do setor aeroportuário no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos - PPI, para fins de relicitação. <u>DECRETO Nº 10.426, DE 16 DE JULHO DE 2020</u> Dispõe sobre a descentralização de créditos entre órgãos e entidades da administração pública federal integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, por meio da celebração de termo de execução descentralizada. <u>DECRETO Nº 10.425, DE 16 DE JULHO DE 2020</u> Dispõe sobre o Conselho de Participação em Fundos Garantidores de Risco de Crédito para Micro, Pequenas e Médias Empresas e sobre o Conselho de Participação em Operações de Crédito Educativo.
16/07/2020	<u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 991, DE 15 DE JULHO DE 2020</u> Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, no valor de R\$ 160.000.000,00, para os fins que especifica. <u>DECRETO Nº 10.424, DE 15 DE JULHO DE 2020</u> Determina a suspensão da permissão do emprego do fogo de que trata o Decreto nº 2.661, de 8 de julho de 1998, no território nacional pelo prazo de cento e vinte dias.
14/07/2020	<u>DECRETO Nº 10.422, DE 13 DE JULHO DE 2020</u> Prorroga os prazos para celebrar os acordos de redução proporcional de jornada e de salário e de suspensão temporária do contrato de trabalho e para efetuar o pagamento dos benefícios emergenciais de que trata a Lei nº 14.020, de 6 de julho de 2020.
MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO	MARGINÁLIA FEDERAL

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 83, DE 2020

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da [Constituição Federal](#), com a redação dada pela [Emenda Constitucional nº 32, de 2001](#), a [Medida Provisória nº 969, de 20 de maio de 2020](#), publicada, em Edição Extra, no Diário Oficial da União no mesmo dia, mês e ano, que "Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Saúde, no valor de R\$ 10.000.000.000,00, para os fins que especifica, e dá outras providências", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, em 16 de julho de 2020

Senador DAVI ALCOLUMBRE

Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 82, DE 2020

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da [Constituição Federal](#), com a redação dada pela [Emenda Constitucional nº 32, de 2001](#), a [Medida Provisória nº 968, de 19 de maio de 2020](#), publicada no Diário Oficial da União no dia 20, do mesmo mês e ano, que "Autoriza a prorrogação de contratos por tempo determinado no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, em 16 de julho de 2020

Senador DAVI ALCOLUMBRE

Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 81, DE 2020

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da [Constituição Federal](#), com a redação dada pela [Emenda Constitucional nº 32, de 2001](#), a [Medida Provisória nº 967, de 19 de maio de 2020](#), publicada, em Edição Extra, no Diário Oficial da União no mesmo dia, mês e ano, que "Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Saúde, no valor de R\$ 5.566.379.351,00, para os fins que especifica e dá outras providências", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, em 16 de julho de 2020

Senador DAVI ALCOLUMBRE

Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ATO DECLARATÓRIO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 80, DE 2020

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a [Medida Provisória nº 924, de 13 de março de 2020](#), que "Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação e da Saúde, no valor de R\$ 5.099.795.979,00, para os fins que especifica", teve seu prazo de vigência encerrado no dia 10 de julho de 2020.

Congresso Nacional, em 13 de julho de 2020

Senador DAVI ALCOLUMBRE

	Presidente da Mesa do Congresso Nacional <u>ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 79, DE 2020</u> O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 966, de 13 de maio de 2020, publicada no Diário Oficial da União no dia 14, e retificada no dia 15, do mesmo mês e ano, que "Dispõe sobre a responsabilização de agentes públicos por ação e omissão em atos relacionados com a pandemia da covid-19", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias. Congresso Nacional, em 10 de julho de 2020 Senador DAVI ALCOLUMBRE Presidente da Mesa do Congresso Nacional <u>ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 78, DE 2020</u> O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 965, de 13 de maio de 2020, publicada no Diário Oficial da União no dia 14, do mesmo mês e ano, que "Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Justiça e Segurança Pública, no valor de R\$ 408.869.802,00, para os fins que especifica", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias. Congresso Nacional, em 10 de julho de 2020 Senador DAVI ALCOLUMBRE Presidente da Mesa do Congresso Nacional
Atos do Poder Legislativo	<u>LEI Nº 13.978, DE 17 DE JANEIRO DE 2020 (RETIFICAÇÃO)</u> Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2020 <u>LEI Nº 14.026, DE 15 DE JULHO DE 2020</u> Atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, para atribuir à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) competência para editar normas de referência sobre o serviço de saneamento, a Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, para alterar o nome e as atribuições do cargo de Especialista em Recursos Hídricos, a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, para vedar a prestação por contrato de programa dos serviços públicos de que trata o art. 175 da Constituição Federal, a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no País, a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para tratar dos prazos para a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, a Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015 (Estatuto da Metrópole), para estender seu âmbito de aplicação às microrregiões, e a Lei nº 13.529, de 4 de dezembro de 2017, para autorizar a União a participar de fundo com a finalidade exclusiva de financiar serviços técnicos especializados. Mensagem de veto

	<u>LEI Nº 14.025, DE 14 DE JULHO DE 2020</u> Altera excepcionalmente as alíquotas das contribuições aos serviços sociais autônomos que especifica e ao Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo.
Presidência da República (PR)	ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO (AGU) → Procuradoria-Geral da União <u>PORTARIA Nº 14, DE 13 DE JULHO DE 2020</u> Regulamenta o procedimento para a transação por proposta individual do devedor dos créditos cuja cobrança compete à Procuradoria-Geral da União, nos termos da Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020, e da Portaria AGU nº 249, de 8 de julho de 2020 CONSELHO DO PROGRAMA DE PARCERIAS DE INVESTIMENTOS <u>RESOLUÇÃO Nº 121, DE 10 DE JUNHO DE 2020</u> Opina pela qualificação de empreendimentos públicos federais do setor portuário e do setor de transporte rodoviário no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos - PPI, pela qualificação para apoio ao processo de licenciamento ambiental de trecho rodoviário e pela inclusão de trechos de rodovias federais no Plano Nacional de Desestatização.
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)	GABINETE DA MINISTRA (GM) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 49, DE 14 DE JULHO DE 2020</u> Dispõe sobre os critérios para alteração dos limites mínimos e máximos do percentual do valor de contrapartida financeira estabelecido na Lei de Diretrizes Orçamentárias referente ao exercício de 2019 previsto em convênio e contratos de repasse firmados no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 48, DE 14 DE JULHO DE 2020</u> Aprova as diretrizes gerais para a vigilância da febre aftosa com vistas à execução do Programa Nacional de Vigilância para a Febre Aftosa (PNEFA). <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 47, DE 8 DE JULHO DE 2020</u> Art. 1º A Instrução Normativa nº 22, de 2 de junho de 2009, passa a vigorar com as seguintes alterações: "ANEXO I Art. 3º XXII - o carimbo oficial da inspeção e fiscalização federal, conforme modelo constante do art. 3º-A deste Anexo I; e " (NR) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 61, DE 8 DE JULHO DE 2020</u> Estabelece as regras sobre definições, exigências, especificações, garantias, tolerâncias, registro, embalagem e rotulagem dos fertilizantes orgânicos e dos biofertilizantes, destinados à agricultura.

	→ Coordenação-Geral de Agrotóxicos e Afins <u>ATO Nº 41, DE 6 DE JULHO DE 2020</u> 1. De acordo com o Artigo 22 §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador E.I. du Pont Nemours and Company - 2830 U.S. Highway 24, El Paso, IL, 61738, Estados Unidos da América, no produto SPIDER 840 WG registro nº 5097 conforme processo nº 21000.088336/2019-84. (...)
Ministério da Cidadania	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 442, DE 16 DE JULHO DE 2020</u> (...) Art. 1º A Portaria nº 428, de 25 de junho de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações: "Art. 2º-A Atendidas as condições legais, os pagamentos subsequentes ao previsto no Art. 2º se darão da seguinte forma: o público beneficiário do auxílio emergencial passa a receber conforme ciclos de créditos em poupança social digital e saques em espécie, conforme calendário constante do Anexos I a IV; (...)" <u>PORTARIA Nº 441, DE 16 DE JULHO DE 2020</u> Dispõe sobre a Bolsa-Auxílio como incentivo material permitido a atleta de rendimento não profissional por meio de recursos previstos na Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006. <u>PORTARIA Nº 437, DE 13 DE JULHO DE 2020</u> Estabelece parâmetros para o reconhecimento de organizações da sociedade civil como Centro de Referência em Dependência Química - CEREDQ. <u>PORTARIA Nº 365, DE 13 DE JULHO DE 2020</u> Dispõe sobre os instrumentos jurídicos a serem utilizados pelos parceiros do Ministério da Cidadania na execução do Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e Outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água (Programa Cisternas). CONSELHO NACIONAL DO ESPORTE <u>RESOLUÇÃO Nº 63, DE 15 DE JULHO DE 2020</u> Revogar a Resolução CNE nº 60, de 10 de outubro de 2018, que determina os procedimentos para certificação, credenciamento e pagamento de oficiais de controle de dopagem e oficiais de coleta de sangue. Regulamenta os atos praticados pela Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem - ABCD para a certificação de oficiais de controle de dopagem e oficiais de coleta de sangue e dá outras providências. SECRETARIA ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL → Secretaria Nacional de Assistência Social <u>PORTARIA Nº 100, DE 14 DE JULHO DE 2020</u> Aprova as recomendações para o funcionamento da rede socioassistencial de Proteção Social Básica - PSB e de Proteção Social Especial - PSE de Média Complexidade do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, de modo a assegurar a manutenção da oferta do atendimento à população nos diferentes cenários

	epidemiológicos da pandemia causada pelo novo Coronavírus - COVID-19. <u>PORTARIA Nº 99, DE 14 DE JULHO DE 2020</u> Dispõe sobre as programações financeiras originárias de emendas parlamentares aptas a terem seus recursos transferidos na modalidade fundo a fundo.
Ministério do Desenvolvimento Regional	AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA <u>RESOLUÇÃO Nº 31, DE 13 DE JULHO DE 2020 (*)</u> (...) Instituir o Programa Monitor de Secas, coordenado pela Agência Nacional de Águas (ANA). <i>(*) Republicada por ter saído no DOU de 16-7-2020, Seção 1, página 29, com incorreção no original.</i> SECRETARIA NACIONAL DE HABITAÇÃO → Comitê Nacional de Desenvolvimento Tecnológico da Habitação <u>RESOLUÇÃO Nº 1, DE 18 DE JUNHO DE 2020</u> Aprova o Regimento Interno do Comitê Nacional de Desenvolvimento Tecnológico da Habitação - C TECH.
Ministério da Economia	CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR → Comitê-executivo de Gestão <u>RESOLUÇÃO Nº 67, DE 10 DE JULHO DE 2020(*)</u> Concede redução temporária, para zero por cento, da alíquota do Imposto de Importação ao amparo do artigo 50, alínea d, do Tratado de Montevideu de 1980, internalizado pelo Decreto Legislativo nº 66, de 16 de novembro de 1981, tendo por objetivo facilitar o combate à pandemia do Corona Vírus / Covid-19. SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL <u>PORTARIA Nº 1.191, DE 16 DE JULHO DE 2020</u> Altera a Portaria RFB nº 978, de 8 de junho de 2020, que dispõe sobre o fornecimento de informações para fins de análise para a concessão de créditos a microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), instituído pela Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020. → Subsecretaria-Geral da Receita Federal do Brasil <u>PORTARIA CONJUNTA Nº 1.178, DE 13 DE JULHO DE 2020</u> Prorroga prazo de validade das Certidões Negativas de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND) e das Certidões Positivas com Efeitos de Negativas de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CPEND), em decorrência da pandemia da doença provocada pelo Coronavírus identificado em 2019 (Covid-19). SECRETARIA ESPECIAL DE PREVIDÊNCIA E TRABALHO <u>PORTARIA Nº 16.655, DE 14 DE JULHO DE 2020</u> Disciplina hipótese de recontração nos casos de rescisão sem justa causa, durante o estado de calamidade pública de que trata o Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020. (Processo nº 19965.108664/2020-06).

	SECRETARIA ESPECIAL DE FAZENDA <u>PORTARIA Nº 16.193, DE 10 DE JULHO DE 2020</u> Transfere dotações orçamentárias constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, no âmbito do Ministério da Infraestrutura; e do Ministério da Cidadania para o Ministério do Turismo, no valor de R\$ 108.261.284,00.
Ministério da Educação	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 588 , DE 10 DE JULHO DE 2020</u> Altera a Portaria MEC nº 2.015, de 20 de novembro de 2019, que regulamenta a implantação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares - Pecim em 2020
Ministério da Infraestrutura	AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT – Diretoria Colegiada <u>RESOLUÇÃO Nº 5.899, DE 14 DE JULHO DE 2020</u> Altera a Resolução nº 5.867, de 14 de janeiro de 2020, que estabelece as regras gerais, a metodologia e os coeficientes dos pisos mínimos, referentes ao quilômetro rodado na realização do serviço de transporte rodoviário remunerado de cargas, por eixo carregado, instituído pela Política Nacional de Pisos Mínimos do Transporte Rodoviário de Cargas - PNPM-TRC. <u>RESOLUÇÃO Nº 5.898, DE 14 DE JULHO DE 2020</u> Altera a Resolução nº 4.799, de 27 de julho de 2015, que regulamenta procedimentos para inscrição e manutenção no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas, RNTRC.
Ministério da Justiça e Segurança Pública	CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS <u>RECOMENDAÇÃO Nº 1, DE 15 DE JULHO DE 2020</u> Recomenda aos órgãos do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre drogas - SISNAD instruções para campanhas de prevenção ao uso de tabaco e seus derivados, álcool e outras drogas
Ministério do Meio Ambiente	INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE <u>PORTARIA Nº 768, DE 8 DE JULHO DE 2020</u> Institui a Política de Gestão Estratégica - PGE no âmbito do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (Processo nº. 02070.011130/2019-98).
Ministério da Saúde	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 1.742, DE 13 DE JULHO DE 2020</u> Credencia temporariamente municípios a receberem incentivo financeiro referente aos Centros Comunitários de Referência para Enfrentamento da Covid-19 e incentivo financeiro federal adicional per capita, em caráter excepcional e temporário, considerando o cenário emergencial de saúde pública de importância nacional e

	internacional decorrente do coronavírus (Covid19). <u>PORTARIA Nº 1.741, DE 13 DE JULHO DE 2020</u> Prorroga o prazo para adequação do cadastro de equipes, referente à Portaria nº 3.566/GM/MS, de 19 de dezembro de 2019, que fixa o quantitativo de equipes de Saúde de Família e equipe Saúde Bucal composta por profissionais com carga horária individual de 40 horas semanais e estabelece regra transitória para às equipes de Saúde da Família com as tipologias I, II, III, IV e V (Transitória), considerando o contexto da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (Covid-19). <u>PORTARIA Nº 1.740, DE 10 DE JULHO DE 2020</u> Estabelece o pagamento por desempenho do Programa Previne Brasil considerando o resultado potencial de 100% (cem por cento) do alcance dos indicadores por equipe do Distrito Federal e municípios constantes no Anexo da Portaria nº 172/GM/MS, de 31 de janeiro de 2020, diante do contexto da emergência de saúde pública de importância nacional e internacional decorrente do coronavírus (Covid-19). <u>PORTARIA Nº 1.739, DE 10 DE JULHO DE 2020</u> Habilita municípios a receber incentivo financeiro de custeio adicional mensal para equipes de saúde integradas a programas de formação profissional no âmbito da Atenção Primária à Saúde.
Publicação DOE-SP	SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO
PUBLICAÇÃO DOE	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
14/07/2020	<u>LEI Nº 17.268, DE 13 DE JULHO DE 2020</u> (Projeto de lei nº 350, de 2020 ...) Dispõe sobre medidas emergenciais de combate à pandemia do Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19), no Estado de São Paulo e dá outras providências <u>DECRETO Nº 65.061, DE 13 DE JULHO DE 2020</u> Dispõe sobre a retomada das aulas e atividades presenciais, no contexto da pandemia de COVID19, e dá providências correlatas
SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL
Agricultura e Abastecimento (SAA)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SAA - 38, DE 14-7-2020</u> Dispõe sobre a aprovação do Guia de Protocolos de Segurança e Retomada de Atividades da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, em razão da medida de quarentena decretada no contexto da pandemia do Covid-19 (Novo Coronavírus)

Desenvolvimento Econômico (SDE)	GABINETE DA SECRETÁRIA (GS) <u>RESOLUÇÃO SDE - 19, DE 16-7-2020</u> Prorroga a vigência de condições especiais de empréstimo do Banco do Povo Paulista
Fazenda e Planejamento (SFP)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SFP - 58, DE 17-7-2020</u> Prorroga o prazo de pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, na hipótese que especifica, como medida de caráter emergencial e temporário diante da pandemia decorrente do novo coronavírus (Covid-19). <u>COMUNICADO DCA - 1, DE 30-6-2020</u> Detalha as atribuições dos Centros de Controle e Avaliação e Centros Regionais de Controle e Avaliação, estabelecidas no artigo 38, do <u>Decreto 64.152, de 22-3-2019</u>, em especial quanto às vinculações destes Centros às Secretarias de Estado e seus respectivos órgãos <u>RESOLUÇÃO SFP - 57, DE 14-7-2020</u> Altera a Resolução SFP 29/20, de 07-04-2020, que dispõe sobre a adoção de medidas, de caráter temporário e emergencial, no âmbito do Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado de São Paulo - Nota Fiscal Paulista, em decorrência da pandemia do novo coronavírus (Covid-19) <u>RESOLUÇÃO SFP - 56, DE 14-7-2020</u> Altera a Resolução SFP 26/20, de 23-03-2020, que dispõe sobre o atendimento ao contribuinte no âmbito das unidades da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus (Covid-19).
Governo (SG)	AGÊNCIA REGULADORA DE SANEAMENTO E ENERGIA DO ESTADO DE SÃO PAULO (ARSESP) <u>DELIBERAÇÃO ARSESP-1.021, DE 15-7-2020</u> Dispõe sobre a aprovação dos novos valores das tarifas dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário prestados pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – Sabesp e revoga a Deliberação Arsesp 859, de 10-04-2019
Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SIMA - 45, DE 13-7-2020</u> Dispõe sobre o processo de reabertura das unidades de conservação, dos parques urbanos e de outras áreas de uso público que estejam sob a administração dos órgãos e/ou entidades vinculadas à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Meio Ambiente

Projetos, Orçamento e Gestão	SÃO PAULO PREVIDÊNCIA (SPPREV) ↳ Diretoria de Benefícios Militares ↳ ↳ Gerência de Pensões Militares <u>DESPACHO DO DIRETOR, DE 13-07-2020</u> Exclusão de Habilitação por Falecimento REF.: Junho - Exercício 2020
Saúde (SS)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SS-106, DE 17-07-2020</u> Estabelece regras excepcionais sobre o controle dos convênios e contratos de prestação de serviços de saúde e dos contratos de gestão, durante o período de enfrentamento ao Covid-19, no Estado de São Paulo, conforme <u>Decreto Estadual 64.879, de 20-03-2020</u>, e dá providências decorrentes <u>RESOLUÇÃO SS – 105, DE 15-7-2020</u> Estabelece a transferência de recursos financeiros do Fundo Estadual de Saúde para Fundos Municipais de Saúde, em consonância ao programa 930 - Atendimento Integral e Descentralizada no SUS /SP decorrentes de Demandas Governamentais, para o financiamento de ações e serviços para assistência integral à saúde da comunidade <u>RESOLUÇÃO SS - 103, DE 13-7-2020</u> Altera o Anexo I, da Resolução SS-73, de 31-05-2020, que dispõe sobre a “classificação das áreas de abrangência dos Departamentos Regionais de Saúde do Estado e respectivas fases”, frente a Pandemia Covid 19 e dá providências correlatas COORDENADORIA DE CONTROLE DE DOENÇAS (CCD) ↳ Centro de Vigilância Sanitária (CVS) <u>PORTARIA CVS – Nº18, DE 13 -7-2020</u> Dispõe, em caráter temporário e excepcional, em virtude da emergência de saúde pública relacionada à COVID-19, sobre a Licença Sanitária de estabelecimento para o exercício de atividade de fabricação ou importação de Equipamentos de Suporte Respiratório Emergencial e Transitório do tipo “Ambu Automatizado”, para uso em serviços de saúde, no âmbito do Sistema Estadual de Vigilância Sanitária – Sevisa
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)	REITORIA <u>RESOLUÇÃO GR-75, DE 15-07-2020</u> Regulamenta a concessão de bolsas estímulo à inovação pela Unicamp <u>RESOLUÇÃO GR-74, DE 14-07-2020</u> Regulamenta o procedimento de heteroidentificação complementar à autodeclaração dos candidatos negros (pretos e pardos), por aferição virtual, para fins de preenchimento das vagas reservadas no sistema de cotas étnico-raciais da Unicamp

Ministério Público do Estado (MPE)	II ATOS <u>RESOLUÇÃO 1.214/2020-PGJ, DE 16-07-2020</u> Estabelece normas transitórias para a retomada segura das atividades presenciais no âmbito do Ministério Público, e dá outras providências
Publicação DOE Legislativo	SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO
18/07/2020	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 463, DE 2020</u> Autoriza o Poder Executivo a suspender ano letivo na rede pública Estadual de ensino durante o segundo semestre de 2020, a fim de promover medidas necessárias à garantia do retorno da comunidade escolar com segurança, em decorrência da pandemia do Covid-19 a partir de fevereiro de 2020 e dá outras providências. DOE, Legislativo, 18/07/2020, p. 4 TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO - TCE COMUNICADOS COMUNICADOS DA SECRETARIA DIRETORIA GERAL COMUNICADO SDG Nº 34/2020 (Questionário – Gestão de Enfrentamento do COVID-19 - Estadual) O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO COMUNICA que encaminhará questionário de “Gestão de Enfrentamento do COVID-19 - Estadual” para preenchimento pela Secretaria da Educação, Secretaria da Saúde, Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, Secretaria da Administração Penitenciária, Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP, Desenvolve SP, Banco do Povo Paulista, Fundação Casa, Secretaria da Fazenda e Planejamento e Secretaria de Governo. Os questionários serão enviados por e-mail aos respectivos contatos de cada Secretaria ou Órgão e respondidos no e-mail questionario-covid@tce.sp.gov.br . O preenchimento das informações do Questionário “Gestão de Enfrentamento da COVID-19 - Estadual” ocorrerá até o 3º dia útil do mês, com informações acumuladas até o último dia do mês anterior, sendo que no primeiro preenchimento as informações serão acumuladas até 31/07. As dúvidas relacionadas ao envio das informações da “Gestão de Enfrentamento da COVID-19 - Estadual” devem ser encaminhadas pelo canal “Fale Conosco” do Sistema de Chamados, disponível na página https://www4.tce.sp.gov.br/chamados , utilizando-se o seguinte tópico de ajuda: Tirar dúvidas/ Questionários/“Gestão de Enfrentamento do COVID-19 - Estadual”. SDG, em 16 de julho de 2020. ALEXANDRE TEIXEIRA CARSOLO SECRETÁRIO-DIRETOR GERAL SUBSTITUTO DOE, Legislativo, 18/07/2020, p. 8
17/07/2020	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 462, DE 2020</u> Dispõe sobre autorização ao Executivo para suspensão do ano letivo

	na rede estadual de educação durante o segundo semestre de 2020, para promover e implementar todas as medidas necessárias para garantia do retorno da comunidade escolar com segurança, em decorrência da pandemia de COVID-19, a partir de fevereiro de 2021 e dá outras providências. DOE, Legislativo, 17/07/2020, p. 5 PROJETOS DE DECRETOS LEGISLATIVOS <u>PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 26, DE 2020</u> Susta os efeitos do Decreto nº 65.061, de 13 de julho de 2020, que dispõe sobre a retomada das aulas e atividades presenciais, no contexto da pandemia de COVID19, e dá providências correlatas. DOE, Legislativo, 17/07/2020, p. 5
15/07/2020	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 459, DE 2020</u> Concede isenção da alíquota do Imposto sobre Operações Relativas a Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS das mercadorias classificadas nos códigos da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM listados no Anexo Único desta Lei. DOE, Legislativo, 15/07/2020, p. 5 <u>PROJETO DE LEI Nº 457, DE 2020</u> Dá nova redação ao artigo 3º da Lei Estadual nº 10.064, de 27 de Março de 1968. (...) Artigo 1º - O artigo 3º da Lei Estadual nº 10.064, de 27 de março de 1968, passa a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 3º - O "Fundo de Assistência Social do Palácio do Governo" será dirigido por um Conselho Deliberativo, composto de 7 (sete) membros, sob a presidência de um cargo técnico da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social." (...) DOE, Legislativo, 15/07/2020, p. 5 PROJETOS DE DECRETOS LEGISLATIVOS <u>PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 25, DE 2020</u> Susta os efeitos do Decreto nº 65.061, de 13 de julho de 2020, que dispõe sobre a retomada das aulas e atividades presenciais, no contexto da pandemia de COVID19, e dá providências correlatas. DOE, Legislativo, 15/07/2020, p. 5
14/07/2020	MENSAGENS DE VETO DO GOVERNADOR <u>VETO PARCIAL AO PROJETO DE LEI Nº 350, DE 2020</u> Mensagem A-nº 019/2020 do Senhor Governador do Estado São Paulo, 13 de julho de 2020 Senhor Presidente (...) De iniciativa parlamentar, o projeto em questão dispõe sobre medidas emergenciais de combate à pandemia do Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19) no Estado de São Paulo e dá outras providências. (...) DOE, Legislativo, 14/07/2020, p. 4

Publicação DO - Cidade	SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL
18/07/2020	<u>LEI Nº 17.403, DE 17 DE JULHO DE 2020</u> (PROJETO DE LEI Nº 630/17, DO EXECUTIVO) Dispõe sobre a suspensão da exclusão de parcelamentos durante o estado de calamidade pública; dispõe sobre o ISS relativo às sociedades unipessoais; permite a opção do J-40 para comissionados da área da Saúde; trata das permissões de uso e da autorização para o Poder Executivo proceder aos Termos de Permissão de Uso – TPU que especifica; trata do Programa de Incentivo à Manutenção do Emprego – PIME; autoriza o Executivo a indicar servidores públicos municipais inativos no âmbito dos convênios celebrados com a JUCESP; transfere propriedade para a COHAB; suspende cobrança de parcela de financiamento dos contratos com a COHAB-SP e dá outras providências. <u>DECRETO Nº 59.620, DE 17 DE JULHO DE 2020</u> Regulamenta a Lei nº 17.403, de 17 de julho de 2020, no tocante às permissões de uso e à autorização para o Poder Executivo proceder à outorga dos Termos de Permissão de Uso - TPU que especifica.
16/07/2020	<u>DECRETO Nº 59.617, DE 15 DE JULHO DE 2020</u> Disciplina o fornecimento de <i>kit</i> de material escolar para o ano de 2020.
15/07/2020	<u>DECRETO Nº 59.604, DE 14 DE JULHO DE 2020</u> Altera o Decreto nº 59.511, de 9 de junho de 2020, que fixa o protocolo geral a ser observado pelas unidades de atendimento da Administração Direta, Autarquias e Fundações, objetivando a prevenção e mitigação da disseminação da COVID-19. <u>DECRETO Nº 59.603, DE 14 DE JULHO DE 2020</u> Prorroga até 30 de julho de 2020 os períodos de suspensão de prazos previstos no Decreto nº 59.449, de 18 de maio de 2020, em decorrência da pandemia de COVID-19, e dá outras providências.

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço:http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx

Equipe Responsável pelo Boletim:

Maria Isa de Aquino Sousa
mariaisa@sp.gov.br

Marcelo Conti
mconti@sp.gov.br

Mauro Sérgio Nascimento da Silva
maurosilva@sp.gov.br

Silvio Tadeu Brígido
sbrigido@sp.gov.br

Edson Prates
eprates@sp.gov.br

Secretaria de Governo do Estado de São Paulo

Biblioteca Jurídica - Secretaria de Governo do Estado de São Paulo / Casa Civil

(11) 2193-8107 e 2193-8144

ccivil@sp.gov.br

Biblioteca

Cancelamento:

Caso não haja interesse em continuar recebendo este informativo, favor solicitar cancelamento para ccivil@sp.gov.br ou pelos telefones 2193-8144 ou 8107